

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Registro de preços para aquisição de fórmulas alimentares, suplementos, dietas enterais e módulos de nutrientes para atender a demanda das Secretarias Municipais de Saúde e de Educação.

1.2. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

1.2.1. Os produtos objeto deste Registro de Preços deverão atender rigorosamente às especificações técnicas constantes neste Termo de Referência, observando-se as normas sanitárias vigentes, especialmente as regulamentações da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, bem como demais normas aplicáveis à comercialização de alimentos para fins especiais, fórmulas infantis, dietas enterais e suplementos nutricionais.

1.2.2. As especificações dos itens deverão observar, sempre que aplicável, o Catálogo Eletrônico de Padronização de Materiais do Governo Federal (CATMAT), garantindo compatibilidade com os códigos de materiais adotados pela Administração Pública.

1.2.3. Requisitos Obrigatórios dos Produtos

Os produtos deverão atender aos seguintes requisitos mínimos:

I – Possuir registro, notificação ou dispensa de registro junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária, quando aplicável;

II – Ser produzidos por fabricante que atenda às Boas Práticas de Fabricação e controle sanitário vigentes;

III – Apresentar rotulagem nutricional completa, conforme legislação sanitária vigente;

IV – Ser fornecidos em embalagem original do fabricante, íntegra, lacrada e inviolada;

V – Conter identificação clara do produto, lote, data de fabricação e prazo de validade;

VI – Conter colher medida, dosador ou sistema equivalente, quando aplicável ao tipo de produto;

VII – Apresentar composição nutricional compatível com as indicações terapêuticas descritas nas especificações dos itens.

1.2.4. Prazo de Validade

Os produtos deverão ser entregues com prazo de validade mínimo de 12 (doze) meses, contados da data de entrega, salvo quando o produto possuir prazo total de validade inferior, hipótese em que deverá ser entregue com no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) do prazo total vigente.

1.2.5. Condições das Embalagens

Não serão aceitos produtos:

- I – Com embalagem violada, danificada ou adulterada;
- II – Com indícios de deterioração;
- III – Fora do prazo de validade;
- IV – Em desacordo com as especificações nutricionais exigidas;
- V – Com ausência de identificação de lote e data de validade.

1.2.6. Garantia do Fabricante

Os produtos deverão possuir garantia do fabricante quanto à qualidade e segurança alimentar, responsabilizando-se o fornecedor pela substituição imediata de produtos que apresentem defeitos, irregularidades sanitárias ou incompatibilidade com as especificações técnicas.

1.2.7. Marca Específica

1.2.7.1. Para os itens correspondentes ao “Módulo de triglicerídeos de cadeia média, isento de carboidratos, proteínas, vitaminas e minerais, isento de glúten” (item 08) e ao “Nutrição enteral - Alimento nutricionalmente completo para nutrição enteral, hipercalórico (1,5kcal/ml), com fibras, isento de sacarose, lactose e glúten” (item 11), será admitida a aquisição de produtos de marca específica, conforme descrito abaixo, em razão de cumprimento de decisão judicial vigente (processo n.º 589/2008 da Vara Cível e Anexos da Comarca de Guaratuba-PR), na qual foram expressamente indicados os produtos abaixo mencionados para a paciente Ana Clara Kenappe Odevagen, não sendo possível sua substituição por produto similar sem prévia autorização médica e/ou judicial.

- I – Item 08 – marca TCM, fabricado por Dynamic Labs;
- II – Item 11 – marca Isosource 1.5, fabricado por Nestlé Health Science.

1.2.7.2. A presente contratação contempla itens vinculados ao cumprimento de decisão judicial 589/2008, proferida em 10 de junho de 2010, que determinou ao Município o fornecimento contínuo de alimentação nutricional especializada à paciente Ana Clara Kenapp Odevagen, por prazo indeterminado, enquanto persistirem as condições clínicas que justifiquem tal necessidade.

À época da decisão judicial, a paciente possuía 04 (quatro) anos de idade, sendo indicado o fornecimento do produto Nutren Jr, alimento nutricionalmente completo destinado ao atendimento de crianças com até 10 (dez) anos de idade, adequado às suas necessidades nutricionais naquele momento.

Com o avanço da idade e a evolução das condições clínicas da paciente, atualmente com 20 (vinte) anos de idade, em faixa etária superior àquela originalmente prevista para utilização do produto Nutren Jr, houve a necessidade de adaptação da terapia nutricional, mantendo-se o cumprimento integral da decisão judicial que determinou o fornecimento contínuo de suporte nutricional adequado.

Conforme prescrição médica mais recente, a paciente encontra-se em uso exclusivo de nutrição enteral por sonda, sendo tecnicamente indicados, de acordo com sua idade, peso corporal e necessidades nutricionais específicas, os produtos TCM (Triglicerídeos de Cadeia Média) e Isosource 1.5, os quais apresentam composição nutricional compatível com o atual quadro clínico e com as exigências terapêuticas estabelecidas pelos profissionais responsáveis pelo acompanhamento da paciente.

Ressalta-se que a substituição do produto anteriormente utilizado (Nutren Jr) pelos produtos atualmente prescritos (TCM e Isosource 1.5) não configura alteração do objeto da decisão judicial, mas sim adequação técnica e clínica da terapia nutricional, realizada com base em prescrição médica atualizada e nas necessidades nutricionais decorrentes da evolução da condição clínica da paciente.

Dessa forma, a indicação dos produtos TCM e Isosource 1.5 como marcas específicas nesta contratação encontra respaldo em prescrição médica individualizada e no cumprimento da decisão judicial vigente, sendo indispensável para garantir a continuidade do tratamento nutricional e a segurança clínica da paciente beneficiária.

1.2.7.3. Para os demais itens deste Termo de Referência, não será exigida marca específica, sendo admitidos produtos equivalentes que atendam integralmente às especificações técnicas descritas neste Termo de Referência, conforme disposto no art. 41 da Lei nº 14.133/2021.

1.2.8. Tabela

Os itens objeto deste Registro de Preços encontram-se descritos na tabela abaixo, contendo especificações técnicas mínimas obrigatórias:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO DO ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL	INTERV MÍNIMO ENTRE LANCES
1	Fórmula Infantil Anti-regurgitação - Fórmula infantil para crianças com regurgitação e/ou refluxo gastroesofágico para crianças a partir do nascimento. Com proteína intacta. Apresentação: lata 300 a 900g	435949	Kg	395	R\$ 72,90	R\$ 28.795,50	0,10
2	Fórmula Infantil de Seguimento - Fórmula infantil maternizada em pó a base de leite de vaca, para alimentação de lactentes, de 6 a 12 meses de vida. Descrição/Características: fórmula a base de proteína lactea intacta com pelo menos 50% de proteína provenientes do soro do leite, pelo menos 80% de lactose. Com prebióticos, DHA e ARA. Deve atender as recomendações do Codex Alimentarius FAO/OMS e RDC 43, 44 e 45 de 2011 (ANVISA). Apresentação: lata de 300 a 900g	436761	Kg	1000	R\$ 63,67	R\$ 63.670,00	0,10
3	Fórmula Infantil de Soja - Formula Infantil maternizada em pó a	437050	Kg	220	R\$ 78,70	R\$ 17.314,00	0,10

Rubrica
JL

	base de soja, com proteínas isoladas de soja e complementada por L-metionina. Isenta de proteínas lacteas, sacarose e lactose. Para alimentação de lactentes dos 6 aos 12 meses. Com prebióticos, DHA e ARA. Deve atender as recomendações do Codex Alimentarius FAO/OMS e RDC 43, 44 e 45 de 2011 (ANVISA). Apresentação: lata de 300 a 900g						
4	Fórmula infantil de transição, para lactentes a partir do 10º mês de vida. Com prebióticos, nucleotídeos, DHA e ARA. Com adição de vitaminas, minerais e outros oligoelementos. Lata de 300 a 900g. Deve possuir colher medida	434212	Kg	260	R\$ 70,87	R\$ 18.426,20	0,10
5	Módulo de Fibras solúveis e insolúveis, para uso oral ou enteral, de fácil solubilidade. Deve ser isenta de sacarose, lactose e glúten. Apresentação: sachê ou lata de 300 a 900g	404750	Kg	5	R\$ 151,20	R\$ 756,00	0,10
6	Módulo de Maltodextrina - Módulo de Carboidrato, 100% maltodextrina, para suplementação energética de dieta oral/enteral, isento de sacarose, lactose e glúten. Sem sabor. Deve apresentar fácil diluição (sem a necessidade do uso de mixer ou liquidificador para diluição). Apresentação: lata de 300 a 900g.	403932	Kg	100	R\$ 53,50	R\$ 5.350,00	0,10
7	Módulo de proteína proveniente do soro do leite para nutrição oral ou	613743	Kg	200	R\$ 295,38	R\$ 59.076,00	0,10

Rubrica

JL

	enteral. Isento de glúten e sacarose. Deve apresentar fácil diluição (sem a necessidade do uso de mixer ou liquidificador para diluição). Apresentação: lata de 200 a 250g						
8	Módulo de triglicerídeos de cadeia média, isento de carboidratos, proteínas, vitaminas e minerais. Isento de glúten. Não deve conter AGE. Sem sabor. Apresentação: frasco de 250 a 500ml - Ordem judicial. Marca: TCM – Dynamic Labs	435201	L	40	R\$ 233,61	R\$ 9.344,40	0,10
9	Nutrição enteral específica para Diabetes I - Alimento nutricionalmente completo, normocalórico e normossódico, específico para pacientes com necessidade de controle glicêmico (diabetes tipos 1 e 2 e hiperglicemia). Deve conter fibras solúveis e insolúveis. Deve conter carboidratos de lenta absorção (maltodextrina e/ou amido de tapioca /ou amido de batata). Sua fonte proteica deve ser 100% de origem animal. Isenta de glúten e sacarose. Podendo conter traços de lactose, sendo esta derivada da matéria prima, não adicionada. Deve apresentar fácil diluição (sem a necessidade do uso de mixer ou liquidificador para diluição). A embalagem deve conter colher	443370	Kg	450	R\$ 186,96	R\$ 84.132,00	0,10

	medida. Apresentação: lata de 300 a 900g.						
10	Nutrição enteral - Alimento nutricionalmente completo para nutrição enteral, hipercalórico (1,5kcal/ml) e normoproteico. Isento de sacarose e glúten. Podendo conter traços de lactose, sendo esta derivada da matéria prima, não adicionada. Apresentação - sistema fechado - Apresentação: bag/pack 1000ml. Deve se adaptar a equipo universal (conexão em cruz) ou fornecer o adaptador	469052	L	700	R\$ 43,62	R\$ 30.534,00	0,10
11	Nutrição enteral - Alimento nutricionalmente completo para nutrição enteral, hipercalórico (1,5kcal/ml), com fibras, isento de sacarose, lactose e glúten. Apresentação: tetra pack com 1 (um) litro. Ordem Judicial. Marca: Isosource 1.5 / Nestlé	404992	L	700	R\$ 35,38	R\$ 24.766,00	0,10
12	Nutrição enteral - Alimento nutricionalmente completo para nutrição enteral, hipercalórico, normoproteico, isento de sacarose e glúten. Podendo conter traços de lactose, sendo esta derivada da matéria prima, não adicionada. Densidade calórica: 1,5kcal/ml. Apresentação: sistema aberto em embalagem de 1 litro	470302	L	2800	R\$ 32,41	R\$ 90.748,00	0,10
13	Nutrição enteral - Alimento nutricionalmente completo para nutrição enteral, normocalórico e normoproteico, isento de fibras, sacarose e glúten.	618197	Kg	3495	R\$ 80,21	R\$ 280.333,95	0,10

Rubrica

JL

	Podendo conter traços de lactose, sendo esta derivada da matéria prima, não adicionada. A embalagem deve conter colher medida e o produto deve ser de fácil diluição (não deve exigir o uso de liquidificador, mixer ou qualquer outro eletrodoméstico para homogeneização). Apresentação: lata de 300 a 900g						
14	Nutrição oral ou enteral - Alimento nutricionalmente completo para nutrição oral ou enteral, isento de lactose e glúten. A fonte protéica deve ser de pelo menos 50% de soro do leite, com sacarose. Específico para crianças de 1 (um) a 10 (dez) anos. A embalagem deve conter colher medida e o produto deve ser de fácil diluição (não deve exigir o uso de liquidificador, mixer ou qualquer outro eletrodoméstico para homogeneização). Apresentação: lata de 300 a 900g	464185	Kg	770	R\$ 129,29	R\$ 99.553,30	0,10
15	Nutrição oral ou enteral - Alimento nutricionalmente completo para nutrição oral ou enteral, isento de glúten. Deve ser fácil de diluir/homogeneizar. Densidade calórica: 1 a 1,2kCal/ml. Específico para crianças de 1 (um) a 10 (dez) anos. A embalagem deve conter colher medida e o produto deve ser de fácil diluição (não deve exigir o uso de liquidificador, mixer ou qualquer outro eletrodoméstico para	442856	Kg	200	R\$ 148,93	R\$ 29.786,00	0,10

Rubrica

JL

	homogeneização). Apresentação: lata de 300g a 900g						
16	Suplemento alimentar pediátrico sem sabor, indicado para crianças de 3 a 10 anos O produto deve ser de fácil diluição (não deve exigir o uso de liquidificador, mixer ou qualquer outro eletrodoméstico para homogeneização). Apresentação: 300 a 900g	485863	Kg	200	R\$ 128,51	R\$ 25.702,00	0,10
17	Fórmula Infantil à base de proteína do soro do leite parcialmente hidrolisada Possui na sua formulação DHA e ARA, prebióticos GOS/FOS e nucleotídeos. Com lactose, mas adequado para a maioria com APLV. Sem glúten, sacarose ou frutose. A embalagem deve conter colher medida e o produto deve ser de fácil diluição (não deve exigir o uso de liquidificador, mixer ou qualquer outro eletrodoméstico para homogeneização). Apresentação: lata de 300 a 900g	453662	Kg	68	R\$ 157,15	R\$ 10.686,20	0,10
18	Suplemento infantil completo oral e enteral . Contendo vitaminas e minerais, Ômega 3 (DHA + EPA) , fibras prebióticas (GOS/FOS) e sem adição de sacarose. O produto deve ser de fácil diluição (não deve exigir o uso de liquidificador, mixer ou qualquer outro eletrodoméstico para homogeneização). Apresentação: 300 a 900g	485863	Kg	220	R\$ 132,33	R\$ 29.112,60	0,10

19	Suplemento alimentar para nutrição via oral, contendo vitaminas e minerais, fibras, BCAA e ômega 3, sem adição de sacarose, frutose, glicose e lactose. Com proteína de alto valor biológico. O produto deve ser de fácil diluição (não deve exigir o uso de liquidificador, mixer ou qualquer outro eletrodoméstico para homogeneização. Apresentação: 300 a 400g.	430497	Kg	400	R\$ 116,94	R\$ 46.776,00	0,10
TOTAL						R\$ 954.862,15	

**Observação: Caso haja divergência entre as especificações contidas neste anexo e as que constam no CATMAT – Código do Material do Sistema Portal de Compras do Governo Federal, prevalecerão aquelas indicadas no Termo de Referência.*

1.2.9. Exclusividade para MPE e EPPs e Ampla Concorrência:

1.2.9.1. Para os itens nº 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 15, 16, 17, 18 e 19, a participação é exclusiva a Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006.

1.2.9.2. Para os itens nº 9, 12, 13 e 14, a participação será destinada à ampla concorrência, considerando que os valores estimados para tais itens são superiores ao limite estabelecido no art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006.

1.3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS E SERVIÇOS COMUNS

1.3.1. Os objetos desta licitação são classificados como bens comuns, uma vez que possuem especificações usuais de mercado e padrões de qualidade objetivamente definidos neste Termo de Referência e no edital, conforme estabelece o inciso XIII do art. 6º da Lei nº 14.133/2021.

1.3.2. Os objetos desta licitação não se enquadram como bens de luxo, nos termos do §1º do art. 20 da Lei nº 14.133/2021, tratando-se de produtos destinados à assistência nutricional de pacientes atendidos pelo Município.

1.4. Do prazo de vigência da contratação

1.4.1. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, na forma do art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

1.4.2. Os contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços terão vigência adstrita ao respectivo exercício financeiro, podendo ser prorrogados por igual período, uma única vez, nos termos dos arts. 105 e 107 da Lei nº 14.133/2021, quando houver previsão legal e disponibilidade orçamentária.

2. DA JUSTIFICATIVA, FUNDAMENTAÇÃO E DO OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação tem por finalidade assegurar o fornecimento contínuo de fórmulas alimentares infantis, suplementos nutricionais, dietas enterais e módulos nutricionais destinados ao atendimento das demandas das Secretarias Municipais de Saúde e de Educação do Município de Guaratuba.

A necessidade da contratação decorre da continuidade da assistência nutricional especializada prestada a pacientes assistidos pela rede pública municipal de saúde, bem como a alunos matriculados nos Centros Municipais de Educação Infantil – CMEIs que apresentam alergias alimentares, intolerâncias nutricionais ou outras condições clínicas que exigem alimentação diferenciada e adequada às suas necessidades específicas.

No âmbito da Secretaria Municipal de Saúde, os produtos destinam-se ao atendimento de pacientes internados no Hospital Municipal, pacientes em terapia nutricional domiciliar e indivíduos com necessidades nutricionais especiais, incluindo recém-nascidos, lactentes, crianças, adolescentes, adultos e idosos que apresentem impedimentos ao aleitamento materno, alergias alimentares, intolerâncias nutricionais, distúrbios metabólicos ou outras condições clínicas que exijam suporte nutricional especializado, inclusive por meio de nutrição enteral.

No âmbito da Secretaria Municipal de Educação, a contratação visa atender alunos vinculados aos Centros Municipais de Educação Infantil – CMEIs que apresentam diagnóstico médico de alergias alimentares, intolerâncias ou outras condições que exijam alimentação diferenciada, assegurando condições seguras para permanência no ambiente escolar e prevenindo riscos à saúde.

A presente contratação também se justifica em razão do encerramento da vigência das Atas de Registro de Preços decorrentes do Pregão Eletrônico nº 03/2024, cuja expiração ocorrerá em outubro de 2026, tornando indispensável a realização de novo procedimento licitatório para garantir a continuidade do fornecimento dos insumos necessários à manutenção dos atendimentos nutricionais realizados pelo Município.

Destaca-se, ainda, que parte da demanda decorre de determinação judicial vigente, cujo cumprimento é obrigatório por parte da Administração Pública, sendo imprescindível a manutenção do fornecimento regular dos produtos prescritos aos pacientes beneficiários. Os quantitativos estimados para esta contratação foram definidos com base no histórico de consumo registrado em exercícios anteriores, nas informações fornecidas pelo Almoxarifado da Secretaria Municipal de Saúde, nas avaliações realizadas por profissionais nutricionistas responsáveis pelo acompanhamento nutricional dos pacientes, nas demandas identificadas pelos Centros Municipais de Educação Infantil – CMEIs e nas demandas decorrentes de ordem judicial vigente.

Destaca-se que determinados itens anteriormente previstos em planejamentos iniciais não foram incluídos no presente Termo de Referência, em razão de já se encontrarem contemplados em Ata de Registro de Preços vigente decorrente do Pregão Eletrônico nº 18/2025.

Tal medida visa evitar duplicidade de contratações, sobreposição de registros de preços e riscos de desperdício de recursos públicos, assegurando maior eficiência na gestão dos estoques e no planejamento das aquisições públicas, em conformidade com os princípios da economicidade e da eficiência administrativa.

A especificação técnica dos produtos foi elaborada considerando as necessidades clínicas e nutricionais dos usuários atendidos, observando-se as diretrizes sanitárias vigentes e as características usuais de mercado, assegurando a qualidade, segurança e adequação nutricional dos itens a serem adquiridos.

A adoção do Sistema de Registro de Preços justifica-se pela necessidade de aquisições parceladas ao longo do período de vigência da Ata, considerando a variabilidade das demandas nutricionais, a possibilidade de inclusão de novos pacientes e alunos, bem como a necessidade de reposição contínua dos produtos.

O objetivo da presente contratação consiste em assegurar o fornecimento regular e contínuo dos produtos nutricionais necessários ao atendimento das demandas das Secretarias Municipais de Saúde e Educação, garantindo a continuidade da assistência nutricional especializada e contribuindo para a manutenção da saúde, recuperação clínica e segurança alimentar dos usuários atendidos pelo Município.

A presente contratação encontra-se prevista no Plano de Contratações Anual – PCA 2026 do Município de Guaratuba, estando alinhada ao planejamento institucional das Secretarias Municipais envolvidas.

2.2. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada no Documento de Formalização da Demanda e no Estudo Técnico Preliminar – ETP, documentos que integram o presente processo administrativo.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A solução proposta para atendimento da necessidade identificada consiste na aquisição de fórmulas alimentares infantis, suplementos nutricionais, dietas enterais e módulos nutricionais, por meio de procedimento licitatório na modalidade pregão eletrônico, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço por item, modo de disputa aberto com adoção do Sistema de Registro de Preços;

3.2. O fornecimento dos produtos deverá ocorrer de forma contínua e parcelada, mediante solicitações formais emitidas pelas unidades requisitantes, considerando a variabilidade das demandas nutricionais, o surgimento de novos pacientes e alunos com necessidades específicas, bem como as demandas decorrentes de determinações judiciais vigentes.

3.3. A solução contempla o fornecimento de produtos nutricionais destinados ao atendimento de pacientes internados no Hospital Municipal, pacientes em terapia nutricional domiciliar e alunos matriculados nos Centros Municipais de Educação Infantil – CMEIs que apresentem restrições alimentares específicas, incluindo alergias alimentares, intolerâncias nutricionais e outras condições clínicas que demandem suporte nutricional especializado.

3.4. Considerando a natureza do objeto, que consiste no fornecimento de bens de consumo, não se aplica a exigência de manutenção ou assistência técnica, sendo

responsabilidade do fornecedor garantir a qualidade, integridade e conformidade dos produtos fornecidos, observando as normas sanitárias vigentes e as condições adequadas de transporte, armazenamento e entrega.

3.5. A adoção do Sistema de Registro de Preços mostra-se tecnicamente adequada em razão da natureza contínua e variável da demanda, possibilitando maior flexibilidade administrativa, melhor controle dos estoques, redução de perdas por vencimento e atendimento regular das necessidades das Secretarias Municipais de Saúde e Educação.

3.6. A descrição detalhada da solução adotada, incluindo aspectos técnicos, operacionais e econômicos, encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar – ETP, documento que integra o presente Termo de Referência como apêndice.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. SUSTENTABILIDADE

4.1.1. A presente contratação deverá observar os princípios e critérios de sustentabilidade ambiental aplicáveis ao objeto, em conformidade com a legislação vigente e com as diretrizes estabelecidas para aquisições públicas sustentáveis.

4.1.2. Os produtos fornecidos deverão atender, sempre que possível, às seguintes práticas sustentáveis:

I – Utilização de embalagens adequadas, seguras e, preferencialmente, constituídas por materiais recicláveis ou reciclados, compatíveis com as normas sanitárias aplicáveis ao acondicionamento de alimentos;

II – Adoção de embalagens com volume compatível com a proteção do produto, evitando excesso de material e contribuindo para redução da geração de resíduos sólidos;

III – Fornecimento de produtos com prazo de validade adequado, de modo a reduzir perdas por vencimento e minimizar o desperdício de recursos públicos;

IV – Observância das normas ambientais vigentes relativas à produção, transporte, armazenamento e comercialização dos produtos;

V – Adoção, sempre que possível, de práticas ambientalmente responsáveis por parte dos fabricantes e fornecedores, incluindo a adequada destinação de resíduos gerados em seus processos produtivos.

4.1.3. Considerando a natureza do objeto, que consiste no fornecimento de bens de consumo alimentício, não se aplica exigência específica de logística reversa obrigatória, além das práticas usuais relacionadas à destinação adequada de resíduos sólidos, conforme previsto na Lei nº 12.305/2010.

4.2. DA POSSIBILIDADE DE SOLICITAÇÃO DE AMOSTRAS

4.2.1. A Administração poderá, a seu critério, solicitar a apresentação de amostras dos produtos ofertados, quando entender necessário para avaliação da conformidade técnica, qualidade e adequação dos itens às especificações previstas neste Termo de Referência.

4.2.2. A eventual solicitação de amostras será realizada mediante comunicação formal ao licitante, com indicação do item, prazo e local para apresentação, observando-se os princípios da razoabilidade e proporcionalidade.

4.2.3. A análise das amostras, quando solicitadas, poderá ser realizada por profissional técnico habilitado, preferencialmente nutricionista designado pela Administração.

4.2.4. A ausência de exigência prévia de amostras não impede a verificação da conformidade dos produtos no momento da entrega, podendo a Administração recusar itens que estejam em desacordo com as especificações técnicas estabelecidas.

4.3. SUBCONTRATAÇÃO

4.3.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual, considerando que o fornecimento dos produtos deverá ser realizado diretamente pelo fornecedor contratado, garantindo a rastreabilidade, a qualidade sanitária e a conformidade dos produtos com as especificações técnicas exigidas.

4.4. DA GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

4.4.1. Não haverá exigência de garantia da contratação prevista nos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, considerando tratar-se de fornecimento de bens comuns, com pagamento condicionado ao efetivo recebimento dos produtos, não se verificando risco contratual que justifique a exigência de garantia, conforme razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. MODELO DE EXECUÇÃO

5.1. Condições de Entrega

5.1.1. O prazo de entrega dos bens será de até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da Autorização de Fornecimento (AF) ou instrumento equivalente, em remessas parceladas, conforme a necessidade das Secretarias Municipais requisitantes.

5.1.2. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço:

Almoxarifado Central da Secretaria Municipal de Saúde de Guaratuba, situada na Rua Damião Botelho de Souza, 550 - Piçarras, Guaratuba/PR, ou em outro local previamente indicado pela Administração, dentro do perímetro urbano do Município.

5.1.3. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar formalmente as razões respectivas com antecedência mínima de 02 (dois) dias úteis, para que eventual solicitação de prorrogação de prazo seja analisada pela Administração, ressalvadas situações devidamente justificadas de caso fortuito ou força maior.

5.1.4. Validade dos Produtos

5.1.4.1. Os produtos deverão ser entregues com prazo de validade mínimo de 12 (doze) meses, contados da data de entrega, salvo quando o produto possuir prazo total de validade inferior, hipótese em que deverá ser entregue com no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) do prazo total de validade vigente.

5.1.5. Capacidade Logística do Fornecedor

5.1.5.1. A Contratada deverá possuir capacidade operacional e logística para realizar as entregas conforme as quantidades solicitadas e nos prazos estabelecidos, garantindo a integridade dos produtos durante o transporte e armazenamento.

5.1.6. Condições Sanitárias

5.1.6.1. Os produtos deverão ser transportados em veículos adequados, que garantam condições higiênico-sanitárias compatíveis com a natureza dos produtos, preservando sua qualidade e integridade até o local de entrega.

5.1.7. Conferência no Recebimento

5.1.7.1. No ato da entrega, os produtos serão conferidos quanto:

- I – À quantidade solicitada;
- II – À integridade da embalagem;

III – À identificação do lote;

IV – À data de fabricação e validade;

V – À conformidade com as especificações técnicas exigidas.

5.1.8. Substituição de Produtos

5.1.8.1. Os produtos que apresentarem defeitos, irregularidades ou que estiverem em desacordo com as especificações exigidas deverão ser substituídos pela Contratada no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação formal da Administração, sem ônus adicional ao Contratante.

5.1.9. Entregas Parceladas

5.1.9.1. O fornecimento dos produtos será realizado de forma parcelada, conforme as necessidades das Secretarias Municipais requisitantes, mediante emissão prévia de Autorização de Fornecimento.

5.2. Garantia da Qualidade dos Produtos

5.2.1. Os produtos fornecidos deverão possuir garantia quanto à sua qualidade, integridade e adequação ao consumo, conforme as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência e as normas sanitárias vigentes.

5.2.2. A garantia abrange a substituição integral dos produtos que apresentarem vício, defeito, deterioração, irregularidade sanitária ou que estejam em desacordo com as especificações exigidas.

5.2.3. Caso sejam identificados produtos com defeito, avaria, embalagem violada ou fora das especificações técnicas, a Contratada deverá proceder à substituição conforme previsto no item 5.1.8 deste Termo de Referência.

5.2.4. A substituição deverá ocorrer independentemente da aplicação de penalidades previstas no instrumento contratual, quando cabíveis.

5.2.5. O custo referente ao recolhimento e substituição dos produtos rejeitados será de inteira responsabilidade da Contratada.

5.2.6. A garantia dos produtos permanecerá válida durante todo o prazo de validade indicado pelo fabricante, assegurando à Administração o direito à substituição em caso de irregularidades constatadas dentro desse período.

5.3. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.3.1. São obrigações da Contratada:

- I.** Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, da qual constarão as indicações referentes à marca, procedência, número do lote e prazo de validade dos produtos;
- II.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto fornecido, de acordo com a Lei nº 8.078/1990;
- III.** Substituir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, os produtos com avarias, defeitos, embalagem violada, fora do prazo de validade ou em desacordo com as especificações técnicas;
- IV.** Comunicar ao Contratante, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- V.** Indicar preposto para representá-la durante a execução da Ata de Registro de Preços, mantendo comunicação permanente com a Administração para a gestão do fornecimento;
- VI.** Manter durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- VII.** Responsabilizar-se pelo transporte dos produtos, garantindo condições adequadas que preservem a integridade, qualidade e segurança sanitária dos itens fornecidos;
- VIII.** Observar rigorosamente as normas sanitárias vigentes, especialmente aquelas estabelecidas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária, quanto ao armazenamento, transporte e comercialização dos produtos;
- IX.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento da Ata de Registro de Preços, quando aplicável;
- X.** Arcar com o ônus decorrente de eventual erro no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente não seja suficiente para o atendimento ao objeto, exceto nas hipóteses previstas na legislação aplicável.

5.4. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.4.1. O licitante e o contratado que incorram em infrações administrativas sujeitam-se às sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021, bem como nas disposições constantes do Decreto Municipal nº 25.392/2023, e demais regulamentações municipais aplicáveis, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do Capítulo II-B do Título XI do Código Penal Brasileiro.

5.4.2. Nos termos da legislação vigente, poderão ser aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas as seguintes sanções:

I – Advertência;

II – Multa;

III – Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública;

IV – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

5.4.3. A aplicação das sanções administrativas será precedida de regular processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, nos termos da legislação vigente.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada deverão ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial, destinada à apresentação das diretrizes de execução contratual, incluindo informações acerca das

obrigações contratuais, mecanismos de fiscalização, estratégias de execução do objeto e sanções aplicáveis.

6.6. DA FISCALIZAÇÃO

6.6.1. A execução da Ata de Registro de Preços e dos contratos dela decorrentes será acompanhada e fiscalizada pelos seguintes servidor(es) designado(s) por meio de portaria 15.988/2026, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021 e conforme disposições do Decreto Municipal nº 25.356: Danielle Nesi Ferreira (matrícula funcional nº 160341) e Rodrigo Fontanelli (matrícula funcional nº 156461).

6.6.2. Os fiscais terão as seguintes atribuições:

- I – Acompanhar a execução do contrato ou da Ata de Registro de Preços, verificando o cumprimento das condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- II – Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição das irregularidades verificadas e das providências adotadas para sua regularização;
- III – Emitir notificações à contratada para correção de falhas, irregularidades ou descumprimento contratual, estabelecendo prazo para saneamento;
- IV – Verificar a conformidade dos produtos entregues quanto às especificações técnicas, quantidade, integridade das embalagens e prazo de validade;
- V – Informar ao gestor do contrato, em tempo hábil, situações que demandem aplicação de sanções, alteração contratual ou outras providências administrativas;
- VI – Exercer outras atribuições correlatas previstas na regulamentação municipal vigente.

6.7. GESTOR DA CONTRATAÇÃO

6.7.1. O gestor da ata de registro de preços será Adonis Nobor Furuushi, conforme decreto de nomeação nº 26.781/2025.

6.7.2. O gestor terá as seguintes atribuições:

- I - Coordenar as atividades relacionadas à fiscalização;
- II - Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato das ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, e informar à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência;
- III - Demais funções previstas na regulamentação municipal.

7. CRITÉRIO DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. Do Recebimento

7.1.1. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 02 (dois) dias úteis, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização da ata, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

7.1.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da notificação do Contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.1.3. Os bens serão recebidos definitivamente pelo gestor do contrato no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado, nos termos do Decreto Regulamentador.

7.1.4. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade do Contratado pelos prejuízos resultantes da incorreta execução da ata.

7.2. Da Liquidação

7.2.1. As notas fiscais devem ser emitidas em nome do Município de Guaratuba, CNPJ nº 76.017.474/0001-08, Endereço Rua Doutor João Cândido, nº 380, constando número da licitação, lote/item e validade dos produtos, para fins de rastreabilidade em estoque.

7.2.2. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 30 (trinta) dias corridos para fins de liquidação, após comprovado o adimplemento do Contratado em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos, observadas as disposições do Termo de Referência, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do Decreto Regulamentador.

7.2.3. Nenhuma liquidação será efetuada sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento de obrigações contratuais.

7.2.4. A retenção de pagamento decorrente da aplicação de sanções administrativas suspenderá a fluência do prazo para a Administração, não importando em mora nem gerando compensação financeira ao contratado.

7.2.5. Decorrido o prazo para pagamento da multa aplicada e não ocorrendo seu adimplemento, os valores correspondentes poderão ser descontados dos créditos devidos ao contratado, observada a legislação vigente.

7.3. Forma de Pagamento

7.3.1. O pagamento de cada fatura deverá ser realizado em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados da liquidação.

7.3.2. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, será calculada mediante a aplicação do índice de correção monetária IGP-M (Índice Geral de Preços – Mercado), ou outro que vier a substituí-lo.

7.3.3. A Contratante realizará as retenções do imposto de renda na fonte sobre todos os rendimentos pagos a qualquer título pelo ente público municipal, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012 e alterações posteriores, em conformidade com o disposto no artigo 158, inciso I, da Constituição Federal de 1988.

7.3.4. Será aplicada a alíquota para retenção, conforme prevista na IN RFB nº. 1234/2012, e atualizações posteriores, editada nos termos do artigo 64 da Lei Federal nº. 9.430/96, aplicado por extensão aos pagamentos realizados por esta Municipalidade.

7.3.5. As hipóteses de retenção do IR na fonte e deduções na base de cálculo deverão ser informadas nos documentos fiscais, bem como as hipóteses de dispensa de retenção, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1234/2012.

7.3.6. As retenções serão realizadas no momento do pagamento dos valores decorrentes do fornecimento dos bens contratados, uma vez atestados e liquidados, mediante recolhimento aos cofres municipais, nos termos do inciso I do artigo 158 da Constituição Federal de 1988.

8. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. Forma de Seleção e Critério de Julgamento da Proposta

8.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade Pregão, sob a forma Eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço por item.

8.1.2. O julgamento por item mostra-se tecnicamente adequado considerando a diversidade de produtos que compõem o objeto, possibilitando maior competitividade entre os licitantes e favorecendo a obtenção de propostas mais vantajosas para a Administração, nos termos do art. 40, inciso V, da Lei nº 14.133/2021.

8.1.3. O modo de disputa será aberto, conforme previsto na legislação vigente.

8.1.4. O prazo mínimo de validade da proposta 60 (sessenta) dias, contados da data da sessão pública.

8.2. Forma de Fornecimento

8.2.1. O fornecimento do objeto será realizado de forma **parcelada e continuada**, conforme as necessidades das Secretarias Municipais requisitantes, mediante emissão de Autorização de Fornecimento, durante o período de vigência da Ata de Registro de Preços.

8.2.2. O fornecimento continuado mostra-se necessário em razão da natureza do objeto, que consiste em produtos destinados à assistência nutricional de pacientes atendidos pela rede municipal de saúde e alunos vinculados à rede municipal de ensino, caracterizando necessidade permanente e prolongada da Administração, cuja interrupção poderá comprometer a continuidade dos serviços públicos essenciais.

8.2.3. As entregas serão realizadas conforme demanda das unidades requisitantes, considerando a variabilidade das necessidades nutricionais dos usuários atendidos, bem como o surgimento de novas demandas administrativas e judiciais.

8.3. Exigência de Habilitação

8.3.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista serão aquelas usualmente previstas em edital, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

8.3.2. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor serão:

a) Certidão negativa de falência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

b) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

8.3.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

a) Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares ao objeto desta contratação, por meio da apresentação de atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado.

8.3.3.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.3.3.1.1. Fornecimento de produtos alimentícios, suplementos nutricionais ou fórmulas alimentares, compatíveis com o objeto desta contratação.

8.3.3.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.3.3.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.3.3.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado.

8.3.4. Prova de atendimento aos requisitos sanitários previstos na legislação vigente, mediante apresentação dos seguintes documentos:

a) Licença Sanitária ou Alvará Sanitário vigente, expedido pelo órgão competente da sede do fornecedor;

b) Autorização de Funcionamento da Empresa (AFE), quando aplicável, expedida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária;

c) Registro ou dispensa de registro dos produtos junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária, quando aplicável;

d) Declaração de que os produtos fornecidos atendem às normas sanitárias vigentes e às especificações técnicas exigidas neste Termo de Referência.

9. ESTIMATIVA DE PREÇO

9.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$ 954.862,15 (novecentos e cinquenta e quatro mil, oitocentos e sessenta e dois reais e quinze centavos), sem sigilo, conforme custos unitários constantes na tabela de preços (item 1.2.8), elaborada com base em pesquisa de preços realizada nos termos da legislação vigente e do Estudo Técnico Preliminar.

9.2. A estimativa de preços foi elaborada com base em pesquisa de mercado realizada conforme critérios estabelecidos na regulamentação municipal vigente, observando-se valores praticados pela Administração Pública e fornecedores do ramo pertinente ao objeto.

9.3. A pesquisa de preços foi realizada em conformidade com as disposições do Decreto Municipal nº 25.361, que regulamenta os procedimentos de pesquisa de preços no âmbito do Município de Guaratuba.

9.4. Da Revisão

9.4.1. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser revisados e alterados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, nas seguintes situações:

I. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

II. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

III. Serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

IV. Poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

9.4.2. A revisão e a alteração dos preços dependem de autorização da autoridade competente, devendo o órgão responsável promover as respectivas modificações,

compondo novo quadro de preços registrados e disponibilizando-os publicamente no site oficial.

9.4.3. A atualização dos preços será feita a partir da aplicação do IGP-M (Índice Geral de Preços – Mercado), tendo por termo inicial a assinatura da ata de registro de preços desde que decorrido 1 (um) ano desse marco temporal. Para as atualizações subsequentes à primeira, se for o caso, o termo inicial é contado do término do prazo inicial que motivou a primeira atualização.

9.4.4. O reajuste dos preços depende de pedido do fornecedor do item registrado, que deve ser protocolado até trinta dias antes do fim do período acima enunciado, sendo que o transcurso do período citado sem o requerimento do fornecedor implica preclusão.

9.5. Do Reajuste

9.5.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrealizáveis no prazo de um ano contado da data da assinatura do contrato.

9.5.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IGP-M, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

9.5.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

9.5.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

9.5.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

9.5.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

9.5.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

9.5.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

10. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Secretaria de Saúde:

CR 163 O 05.001.10.301.0005.2011.3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO FONTE 303

CR 04 O 05.001.10.302.0005.2013.3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO FONTE 303

Secretaria de Educação:

0600212365000620173390320000 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

11. APÊNDICE DO ANEXO I - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

O servidor que subscreve este Termo de Referência atesta que observou integralmente a regulamentação estabelecida pelo decreto regulamentador e as orientações constantes da minuta padronizada aprovada.

Guaratuba, 17 de abril de 2026.

23 de abril de 2026

Assinado por:
Jeanne Moraes de Lacerda
23/04/2026 - 14:29
RQ5TQZQHSKWUMVWCPRGCG

Jeanne Moraes de Lacerda

Agente Demandante

Responsável pela elaboração do Termo de Referência